



TUTORIA PEDAGÓGICA DOCENTE E DISCENTE PARA OS ACADÊMICOS INDÍGENAS DA FURG

Resumo

O referido projeto é uma das ações pedagógicas do “Programa Ag Juna ke”, instituído a partir de 2010 com o ingresso de estudantes indígenas nos cursos de graduação da FURG. Com o objetivo de qualificar o atendimento aos acadêmicos indígenas, o Núcleo de Assistência Estudantil, especificamente o setor Pedagógico criou o projeto “Tutoria Pedagógica Docente e Discente dos Acadêmicos Indígenas da FURG” com a finalidade de colaborar para o aprimoramento da formação acadêmica desses estudantes, oportunizando condições que favoreçam a sua formação integral, além do seu desenvolvimento social, cognitivo e profissional. Para promover essas ações desenvolveu-se uma metodologia em um processo participativo de todos os segmentos respeitando a autonomia dos sujeitos envolvidos. Como resultados do processo desenvolvido neste projeto são realizados periodicamente reuniões com o grupo, bem como um instrumento para avaliar até o presente momento os aspectos a serem melhorados e os positivos buscando caminhos para a qualificação do atendimento direcionado aos acadêmicos indígenas da FURG.

Palavras Chave: Indígenas, tutorias, potencialidades.

Introdução:

O projeto Tutoria Pedagógica Docente e Discente dos Acadêmicos Indígenas da FURG trata do acompanhamento e orientação realizado pelos docentes e discentes que desenvolvem um trabalho tutorial com os estudantes indígenas, participantes do Programa de Acompanhamento ao Acadêmico Indígena - “Ag Juna Ke”, instituído a partir de 2010 com ingresso desse público alvo. Este programa visa garantir uma vivência qualificada destes estudantes na Universidade Federal do Rio Grande – FURG vinculado ao Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante - PDE, que tem como objetivo promover o desenvolvimento pleno do estudante universitário regularmente matriculado na FURG, em cursos de graduação e pós-graduação,



contemplando o apoio pedagógico, a formação ampliada e a assistência básica.

A FURG consciente de sua função social e histórica, do seu compromisso em promover a justiça social, busca oportunizar o acesso no ensino superior. O Programa de Ação Inclusiva – PROAI é um programa para candidatos autodeclarados negros e pardos e para candidatos portadores de deficiência, e da Oferta de Vagas Específicas para Indígenas, mediante Processo Seletivo.

Com este propósito e entendemos a necessidade em auxiliar no rendimento dos acadêmicos indígenas, a Pró- Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE, através do Núcleo de Assistência Estudantil – NAE desenvolve o projeto “Tutoria Pedagógica Docente e Discente dos Acadêmicos Indígenas da FURG”, compreende o tutor numa dimensão plena de sentido, como aquele que conduz, papel este fundamental no processo educativo, com. o qual pretende dar suporte aos acadêmicos indígenas nas principais potencialidades afloradas no processo educativo, ao procurar integrar os estudantes às atividades inerentes à vida acadêmicas, primeiramente percebidas como dificuldades de aprendizagem vivenciadas em sua trajetória universitária, do curso de graduação onde está inserido, cooperando para o aprimoramento da sua formação, promovendo condições que beneficiem seu desenvolvimento pleno, mediando sua formação educacional com sua inerente formação espiritual, de uma cultural oral milenar, ao qual se subordinam o social, o cognitivo e o profissional.

Desenvolvimento:

A cada processo seletivo temos visto o crescimento do ingresso de estudantes indígenas no ensino superior, havendo para isso a necessidade de acolhê-los, apoiá-los e integrá-los nesse universo acadêmico.

O papel do tutor docente na universidade converte-se naquele educador de referência para o estudante indígena no curso de graduação, sua função é cuidar da formação integral do indígena e não só científica, buscando acompanhar o seu processo de aprendizagem, auxiliando-o a superar dificuldades em sua trajetória acadêmica. O tutor discente tem a função de elaborar com o tutor docente um plano de atividades para o acadêmico indígena tutorado, nas principais potencialidades afloradas no processo educativo, ao procurar integrar os estudantes às atividades inerentes à vida acadêmicas, primeiramente percebidas auxiliando também nas dificuldades com as disciplinas em sala de aula.

O trabalho de tutoria na universidade estabelece uma integração que impulsiona e prepara o estudante indígena na instituição universitária que está



inserido. A ênfase do trabalho tutorial é acolher, auxiliar, mais do que dirigir, mediar desafios, levando em conta sua cultura, sentimentos e pensamentos, analisando e afirmando seus compromissos universitários, fazendo com que cada acadêmico indígena sinta-se apoiado nesse processo de inclusão e desenvolvimento profissional. Quando falamos em tutoria, estamos falando de uma relação de confiança e apoio entre uma pessoa que está em um nível de aprendizado maior e uma pessoa que está iniciando este aprendizado, entre uma fase e outra do seu crescimento profissional.

Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1991) se preocupa em defender uma pedagogia que leva homens e mulheres a se emanciparem, por intermédio de uma luta pela sua própria libertação e isso só terá significado se os oprimidos empenharem-se na reconstrução de sua humanidade e buscarem “a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos—libertar-se a si e aos opressores”. Fundamentados nos ensinamentos de Paulo Freire, inicialmente em sua perspectiva sobre emancipação, o educador traz uma contribuição importantíssima, traduzindo-a em suas obras como uma busca de superação da relação contraditória opressor-oprimido, quando o opressor subsiste em função dos ideais do oprimido, a fim de que uma nova ordem social seja construída em conformidade com a liberdade, igualdade e emancipação.

Durante muito tempo os indígenas sofreram pela falta de acesso a educação. Esta falta deliberada teve um objetivo explícito, qual seja, a compreensão científica elaborada ao longo do século XX por diversos cientistas, principalmente adotada por sociólogos e cientistas sociais e sacralizada como postura política dentro do cenário nacional brasileiro: qual seja, de que os índios seriam naturalmente aculturados e inseridos diretamente na cultura branca, por diferentes métodos de inclusão social, entendendo-se esta inclusão como uma despersonalização e perda de identidade grupal, principalmente do grupo do qual são oriundos.

Esta tese imobilizou muitas ações mais radicais, no sentido de ir à raiz real do sentido da construção deste imaginário e da necessidade urgente e perene de mantê-lo, como forma deliberada de dominação e exclusão social dentro de nosso contexto de escrita, leitura e do poder competente da fala argumentativa. Sem os argumentos que os legitimem, aos índios resta o caminho de buscar os que falem por eles, que pensem por eles, que escrevam por eles, que reivindicuem por eles. Forma-se, assim, o substrato do paternalismo e assistencialismo acadêmico que nega a presença do indígena, enquanto afirma sua presença através da escrita por eles e para eles.

Faz parte do inconsciente coletivo acadêmico uma confusão imagética de despersonalização e de auto-imagem do intelectual que procura entender a



“questão indígena”: salvo o caso dos geneticamente descendentes dos indígenas, cujas posições podem divergir, mas convergem em muitos pontos; os não diretamente descendentes dos indígenas e os que sequer possuem qualquer laço sanguíneo com os índios, tendem a assumir uma grande ausência de responsabilidade quanto a esta questão.

A FURG, comprometida com esta questão, dentro do Curso de Pedagogia, promove como atividade de extensão, a partir da disciplina de História da Educação, ministrada pela pedagoga Ivone Regina Porto Martins, uma expedição acadêmica, no sentido de despertar as imagens dos estudantes universitários quanto ao papel dos pedagogos diante dos relatos históricos herdados de forma hegemônica pelos textos historiográficos. Neste caso, tomamos como exemplo a apresentação do espetáculo narrativo e visual sobre os sete povos das Missões, apresentado nas ruínas de São Miguel das Missões. O acadêmico que assiste aquela apresentação apresenta-se inicialmente, como um espectador isento, como um observador de um espetáculo que é tocado muito mais pela narrativa e o jogo de luzes do que, primordialmente pelo conteúdo que perpassa. Num segundo momento, o espetáculo começa a incomodar algumas mentes e corações, pois resulta de uma pergunta visceral: quem somos diante deste cenário espetacular? Para os que seguem esta trilha, uma infinidade de imagens começam a ser tramadas num processo multidirecional, que dinamita a noção de identidade do suposto espectador. O motivo de tal movimento reside em que somos, ao mesmo tempo: a) os privilegiados que tem o direito de assistir o espetáculo; b) somos os descendentes dos que massacraram os sonhos indígenas e que continuamos a fazê-lo de formas sutis e bem fundamentadas; c) somos os que usufruem do massacre, do aniquilamento destes povos, que nos permite apreciar suas ruínas como o fracasso de uma experiência mal sucedida, dos excluídos da História, dos derrotados pelos heróis da História dos quais carregamos o sangue e o imaginário legitimador de nossas ações e, o que é mais grave, pela ausência das mesmas.

A guisa de formação cultural, aprendemos na escola que os índios eram indolentes e não afeitos ao trabalho, que não conseguiram ser catequizados adequadamente na região sudeste e nordeste do Brasil, o que acabou justificando teórica e politicamente o surgimento, defesa, manutenção e incremento do tráfico negreiro que durou mais de quatrocentos anos de história da escravidão no país.

Desconhecemos por completo a experiência bem sucedida que aconteceu nas missões, que foi necessário o Tratado de Madrid (1750-1760), ou seja, um período de uma década, para destruí-la completamente e fomentar o imaginário de uma derrota. Na verdade, pouco se lê a respeito de



uma experiência epifânica, por isso quase que inexplicável, ocorrida naqueles tempos remotos e tão presentes em nosso imaginário criador. Os padres já haviam tentado catequizar os índios de diferentes maneiras que surgiram com a simbologia da cruz até por leituras de ensinamentos ininteligíveis para os supostos silvícolas, desumanizados pela cultura espiritual da época, no quais era possível e necessário submeter aos espancamentos e suplícios físicos, mesmo em seres “a priori” desprovidos de alma.

Porém, algo de novo aconteceu com a vinda dos padres jesuítas espanhóis e o contato com os indígenas na constituição das Missões. Foi através da experiência de educação estética da formação musical latente em ambas as culturas que amalgamou o lastro de uma outra experiência. A experiência de aprendizado espiritual recíproco, que possibilitou a convivência, dentro de uma única redução missionária, de 5.000 (cinco mil) indígenas e apenas 2 (dois) padres. Esta experiência pioneira na época foi reverenciada por Voltaire e Montesquieu, como um ponto de confluência entre culturas tão díspares e, ao mesmo tempo, tão complementares. O sucesso diário destas aproximações expressa uma comunidade auto suficiente, em amplo sentido, da formação plena dos sujeitos envolvidos no processo educativo até uma produção de subsistência que rapidamente se tornou em exportadora de produtos hortifrutigranjeiros, especializada na doma de cavalos e no adestramento de diversos animais de pequeno e grande porte. Era um cotidiano regido pela musicalidade das vozes e dos instrumentos, multiplicados pelos que foram se dispondo a aprender e ensinar a perpetuar esta experiência única na humanidade.

Disso deriva que as Missões se constituíram em modelo pedagógico da época, na confluência da utopia da Cocanha, do Paraíso Perdido, dos europeus e uma Terra sem Males” dos indígenas. Este fato por si só não constitui uma ruptura no imaginário instituído, consagrado a desfazer deste acontecimento e a constituir-se como um desfazer narrativo, como uma descostura do tecido do que já foi inaugurado, inaugural e inaugurador de uma outra experiência de constituição de sentido do que seja a formação de um ser

Como resultante deste imaginário reprodutor, de forma recorrente, nós, os descendentes dos que destruíram a experiência das Missões e que se encontram no poder de decidir sobre seus destinos, mesmo após 400 (quatrocentos anos), nos vemos perdidos num emaranhado de hipóteses e questões, quais sejam: a) devemos, ou não oferecer novas vagas para determinados cursos universitários; b) poderão os estudantes indígenas ter um bom aproveitamento escolar? c) qual é o tempo necessário para suprir as necessidades dos indígenas, a ponto de que possam ser inseridos com aproveitamento suficiente nos cursos oferecidos? d) como normatizar a entrada



dos indígenas, ensinando nossos valores e nosso entendimento de mundo? e) em que medida os estudantes indígenas são capazes de entender o que os professores universitários falam e/ou dizem?

Para que esta tentativa não se veja aprisionada na aposta do fracasso, torna-se necessário buscar constantemente as políticas que já deram certo e com resultados extremamente positivos de inserção do indígena no ambiente acadêmico. Disso resulta que mais e mais pessoas possam mostrar como fazer melhor e com orientação sobre o tema, para que se possa apostar no sucesso, ao mesmo tempo em que se devem criar novos caminhos de inserção dos indígenas, a fim de não deixá-los numa espécie de limbo educacional. De outra parte, devemos também aprender com os indígenas, pois eles trazem muita riqueza do seu ambiente e isso é uma questão de sentimento, que tem a ver com a expectativa que temos com essa experiência, ajudando a inserir os estudantes indígenas, como nossa responsabilidade e missão enquanto educadores, já que são as comunidades indígenas que escolhem as áreas e cursos necessários para a formação de seus membros.

A Universidade Federal do Rio Grande, através do projeto Tutoria Pedagógica Docente e Discente dos Acadêmicos Indígenas da FURG, busca uma real emancipação desses estudantes, lutando em prepará-los para que nesse processo de inclusão sintam-se apoiados e assim, possam ter um rendimento acadêmico

Após os três anos previstos para a realização do PROAI – Programa de Ação Inclusiva, será possível ter uma pequena dimensão de até que ponto os estudantes indígenas foram realmente incluídos dentro do ambiente acadêmico da FURG.

Conclusão:

Nós que moramos na nossa cidade e temos, aparentemente a mesma cultura, precisamos ser acolhidos, principalmente o indígena, num lugar que é estranho a ele.

Como docentes e discentes podemos perceber o quanto e como a FURG cuida do estudante. Uma coisa é estar de fora do processo, como cidadão riograndino. Outra é acompanhar de perto este processo, a inserção do estudante, sem tentar muda-lo, moldá-lo a nossa cultura da FURG.

A tutoria é um acolhimento, porque o tutor trabalha como aquele que auxilia, que acolhe, orienta e vai ajudar na inserção do estudante no espaço e na cultura acadêmica, que não se restringe ao âmbito cognitivo, científico, mas no humano e na espiritualização das relações. Ele traz para aquele que está chegando desafios que este vai enfrentar, e que vai fazer com que ele cresça de forma plena, daí derivando num excelente profissional. No caso dos

XII

Coloquio Internacional de Gestión Universitaria



discentes, que atuam mais próximos dos indígenas, seguindo as orientações do professor tutor, que é referência para estes acadêmicos, conseguem ampliar suas percepções sobre o conceito de cultura, pois no contraste cultural com o indígena, percebem que vivem em famílias diferentes e como sujeitos tem culturas próprias.

Referências:

<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/qt06-4007--int.pdf>

<http://www.significados.com.br/tutor/>

<http://eadfarrp.blogspot.com.br/2006/10/o-que-tutoria.html>

ZITKOSKI, Jamie José et alii. Dicionário Paulo Freire. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.